



Número: **0600350-12.2020.6.16.0089**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Vitor Roberto Silva**

Última distribuição : **04/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600812-42.2020.6.16.0000**

Assuntos: **Irregularidades dos Dados Publicados em Pesquisas Eleitorais, Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600350-12.2020.6.16.0089 que julgou procedente o pedido deduzido na inicial e confirmou a liminar concedida no mov. 38871686 e proibiu em definitivo a divulgação da pesquisa registrada sob o nº PR-03646/2020. (Representação proposta por Coligação Umuarama da Gente em face de Alvorada Pesquisa - WJ Mendes Pesquisas Eireli com vistas à proibição de divulgação de pesquisa eleitoral elaborada pelo representado, data de registro 05/11/20, data de divulgação 11/11/20; prefeito em Umuarama/PR, em razão dos seguintes vícios: a) interesse da empresa responsável pela pesquisa, dada a identidade de um dos sócios; b) ausência de estratificação econômica dos entrevistados; c) divergência entre o plano amostral e o questionário; d) insuficiência de dados do plano amostral quanto ao grau de escolaridade; e) ausência de delimitação territorial; f) ausência de assinatura digital da estatística responsável, cuja liminar foi concedida determinando a suspensão da divulgação da referida pesquisa). RE6**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
W J MENDES PESQUISAS - EIRELI (RECORRENTE)		MARCOS AURELIO DA SILVA (ADVOGADO)	
ELEICAO 2020 SANDRO GREGORIO DA SILVA PREFEITO (RECORRIDO)			
UMUARAMA DA GENTE 10-REPUBLICANOS / 11-PP / 17-PSL / 19-PODE / 25-DEM (RECORRIDO)		RAUL DOS SANTOS (ADVOGADO) HUDSON CARLOS GARCIA BRUNO (ADVOGADO) VINICIUS BERTOCO MELLO (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22504666	11/12/2020 15:27	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**RECURSO ELEITORAL (11548) - Processo nº 0600350-12.2020.6.16.0089 - Umuarama - PARANÁ**

[Irregularidades dos Dados Publicados em Pesquisas Eleitorais, Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta]

**RELATOR: VITOR ROBERTO SILVA**

**RECORRENTE: W J MENDES PESQUISAS - EIRELI**

Advogado do(a) RECORRENTE: MARCOS AURÉLIO DA SILVA - PR0020747

**RECORRIDO: ELEIÇÃO 2020 SANDRO GREGORIO DA SILVA PREFEITO, UMUARAMA DA GENTE  
10-REPUBLICANOS / 11-PP / 17-PSL / 19-PODE / 25-DEM**

Advogado do(a) RECORRIDO:

Advogados do(a) RECORRIDO: RAUL DOS SANTOS - PR0077889, HUDSON CARLOS GARCIA BRUNO - PR67143,  
VINICIUS BERTOCO MELLO - PR64551

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto pela empresa W J MENDES PESQUISAS – EIRELI, em face de sentença proferida pelo Juízo da 89ª Zona Eleitoral de Umuarama/PR, a qual julgou procedente o pedido ajuizado por SANDRO GREGÓRIO DA SILVA, confirmando a liminar já concedida e proibir em definitivo a divulgação da pesquisa registrada sob nº PR-03646/2020.

Em suas razões recursais (ID 21924816), pugnava pelo provimento do recurso, a fim de reformar a sentença *a quo*, concedendo a liberação da divulgação da pesquisa em questão.



A Procuradoria Regional Eleitoral manifesta-se (ID 22141666) pela extinção do processo, sem julgamento do mérito, em razão da perda superveniente do interesse recursal, tendo em conta ultrapassado o período de propaganda eleitoral, inexistindo, portanto, resultado prático possível na análise de eventual irregularidade na veiculação da publicação.

É o relatório.

Decido, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 31, IV, a, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

Pretendia a recorrente, com este Recurso Eleitoral, a reforma da sentença para o fim de confirmar a legalidade da liberação da divulgação da pesquisa.

Com a realização das eleições no município, houve a perda superveniente do interesse recursal, haja vista a manifestada inutilidade do provimento a ser proferido por este Tribunal.

## **DISPOSITIVO**

Posto isso, extingue-se o processo sem resolução de mérito, nos precisos termos do art. 485, VI, 2ª figura, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, 10 de dezembro de 2020.

**DES. VITOR ROBERTO SILVA – RELATOR**

